



CONHECIMENTO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E CONSELHEIROS SOBRE DIREITOS DOS IDOSOS

EHMKE, Diego Paes¹; BARCELLOS, Darci Junior²; KEITEL, Angela Simone Pires³; HANSEN, Dinara⁴; GARCES, Solange Beatriz Billig⁵

Palavras-Chave: Idosos. Direitos. Sociedade Civil. Estado.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tornou-se notório o súbito crescimento das taxas de envelhecimento populacional em todo o mundo. Fenômeno este, atribuído principalmente ao desenvolvimento tecnológico, avanços da ciência, aumento da expectativa de vida e à diminuição das taxas de natalidade. Conforme dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o número de idosos no Brasil ultrapassara os 20 milhões, o que representa quase 10,5% da população do nosso país. É previsto que até 2025 sejamos o sexto país do mundo no número de idosos. Somado a isso, a expectativa de vida média ao nascer, teve um aumento de 3,4 anos, no período de 1997 a 2007, atingindo a marca de 72,7 anos. Com isso, percebe-se que dentre tantas demandas da sociedade civil que buscam a visibilidade do Estado, merece destaque a questão social do envelhecimento, pois o idoso que anteriormente afastava-se da vida em sociedade quando se aposentava, atualmente busca a sua inserção na esfera pública através da participação de processos sociais, sejam econômicos, hedônicos ou políticos.

Assim, este estudo tem como objetivo identificar o conhecimento dos agentes da sociedade civil e funcionários atuantes junto aos órgãos públicos do município de Cruz Alta – RS, a respeito das políticas públicas voltadas aos idosos e os seus direitos, a fim de desenvolver ações que estimulem a sua cidadania participativa.

¹ Acadêmico do 6º Semestre Enfermagem. Bolsista de pesquisa PAPCT/UNICRUZ 2014/2015 - UNICRUZ. Estudante integrante do GIEEH - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano. E-mail: diegopaes.ehmke@gmail.com

² Acadêmico do 8º Semestre Direito. Bolsista de pesquisa FAPERGS/FDRH – 2013-2014 - UNICRUZ. E-mail: juniorbarcellos12@hotmail.com

³ Prof.^a Me. Curso de Direito da Unicruz. Colaboradora da Pesquisa. Pesquisadora do GIEEH - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano. E-mail: keitel@unicruz.edu.br

⁴ Prof.^a Me. Do Centro de Ciências da Saúde da Unicruz. Colaboradora da Pesquisa. GIEEH - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano. E-mail: dinarahansen@hotmail.com

⁵ Prof.^a Dr.^a do Centro de Ciências da Saúde da Unicruz. Coordenadora e Orientadora da pesquisa FAPERGS/FDRH/2013-2014 e PAPCT/UNICRUZ 2014/2015. Líder do GIEEH - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br



METODOLOGIA

Trata-se de um estudo socioantropológico. Segundo Brandão (2003), a pesquisa socioantropológica tem características das pesquisas etnográfica (baseada no cotidiano das pessoas, nesse caso dos idosos), participante (interação com a comunidade: funcionários públicos, agentes sociais e idosos) e ação (ações de mudança da realidade). Fizeram parte da pesquisa, 18 agentes da sociedade civil (conselheiros) e 72 funcionários públicos atuantes junto aos órgãos públicos (Secretarias de Saúde, de Desenvolvimento Social, de Habitação, da Fazenda, Cultura e Turismo e Esporte).

Para tanto, foram realizadas visitas aos setores durante o mês de maio de 2014, e aplicação de um roteiro de entrevista acerca do conhecimento destes a respeito das políticas públicas voltadas aos idosos e os seus direitos. Os resultados foram organizados através de dados qualitativos, a partir da organização de categorias de análise, conforme propõem Bardin (1977) e por meio de análise crítico-dialética a partir de falas e depoimentos dos atores sociais e de forma quantitativa (estatística descritiva por meio de percentuais estatísticos).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observando-se a descrição do perfil dos funcionários públicos entrevistados, definiram-se os setores e funções em que atuam. Os funcionários da Secretaria da Saúde participaram em maior número (29,50%), da Fazenda participaram em 26,40%, da Secretaria de Desenvolvimento Social com 23,61% e da Habitação com 11,12% totalizando uma participação dessas secretarias em 90,64%. Como funcionários públicos 100% deles fazem atendimento à pessoa idosa.

A faixa etária predominante de funcionários públicos está entre os 20 a 30 anos (25%) e dos 41 a 50 anos (25%). E as faixas etárias com maior número de funcionários (86,12%) está entre os 20 aos 60 anos de idade. Acima de 60 anos apresentou-se um percentual de 2,76%. Entre os funcionários apresentou-se um percentual maior de mulheres (79,16%). Em relação à formação 81,95% dos funcionários tem de ensino médio completo a ensino superior completo.

No que se refere à frequência do atendimento ao idoso, é de 58,32%, o que demonstra a necessidade do conhecimento dos mesmos sobre os direitos dos idosos. Quando esses foram questionados sobre o conhecimento dos direitos dos idosos, 97,22% responderam



que tem conhecimento. E dentre os direitos mais conhecidos e lembrados pelos funcionários públicos estão a Prioridade no atendimento e Direito à Saúde (40,42%), os quais englobam também a gratuidade de medicamentos, vacinação da gripe e agendamento de consultas.

Com relação aos Direitos de Transporte, 21,86% afirmaram ter conhecimento sobre o assunto, sendo divididos em 15,90% sobre a garantia de transporte coletivo urbano, 3,32% sobre garantia do transporte intermunicipal e apenas 2,64% sobre estacionamento preferencial. Quando questionados a respeito dos Direitos Fundamentais, os quais incluem direito à aposentadoria, habitação, lazer, alimentação, acessibilidade, proteção, apoio familiar, respeito, atendimento preferencial, entre outros, 37,72% dos funcionários públicos entrevistados afirmam ter conhecimento destes direitos. Vale destacar que deste total, apenas 11,92% referiram ter conhecimento sobre o Estatuto do Idoso.

Dentre os 18 agentes sociais entrevistados que fazem parte do Conselho Municipal do Idoso, 13 (72,22%) são titulares e 05 (27,78%) são suplentes. Dos conselheiros entrevistados 10 (55,56%) representam o governo e 08 (44,44%) a sociedade civil. Quanto a faixa etária, a menor idade é de 25 anos e a maior de 80 anos. A média de idade dos conselheiros é de 55,77 anos de idade. E a faixa etária que tem maior percentual de representantes é a de 30 a 39 anos (27,78%). Em sua maioria são mulheres (72,22%). 61,12% dos agentes sociais conselheiros tem ensino superior e/ou pós-graduação, o que representa um elevado grau de ensino.

Quando os conselheiros foram questionados se conhecem os direitos dos idosos, somente um (5,55%) respondeu não conhecer. Dentre os direitos mais conhecidos e citados pelos conselheiros estão os Direitos Fundamentais como o Estatuto do Idoso (15,90%), o direito à aposentadoria (9,10%), o direito ao lazer (6,82%), o direito à moradia (4,55%). Quanto a Prioridade no Atendimento e Direitos à Saúde, 27,29% dos conselheiros entrevistados afirmam ter conhecimento. Além disso, 15,90% relataram possuir conhecimento do Direito de Transportes e apenas 4,55% do Direito à Habitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a efetivação das políticas públicas constitui compromisso de todos, atores e gestores do sistema, que em uma sociedade democrática exigem a participação da sociedade civil nos espaços abertos democraticamente, visando o controle social, para a efetivação de um envelhecimento digno, com qualidade de vida e participativo. A participação



dos idosos no espaço público é um fato e respeitá-lo como cidadão que é, torna-se imprescindível, por meio de estratégias que viabilizem práticas sociais, aos agentes da sociedade civil e funcionários públicos, voltadas para a visibilidade e implementação dos direitos do idoso em seus diferentes aspectos, estimulando a sua cidadania participativa.

Além disso, destaca-se a importância em garantir o acesso a essas informações para populações idosas vulnerabilizadas por subordinações como a pobreza, a dependência, o analfabetismo, entre outras. Essas ações possibilitarão a promoção do conhecimento dos direitos dos idosos de forma reflexiva e intersetorial entre os funcionários públicos e os agentes da sociedade civil ligados a essa temática perspectivando intervenções sociais nesses processos, tais como a maior participação dos idosos na busca da efetivação dos seus direitos; maior divulgação desses direitos entre populações idosas excluídas; maior dignidade das pessoas idosas, além de respeito e humanização no atendimento dessas pessoas nos espaços públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, C.R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,8,128&ind=4711>>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.